

## GOVERNANÇA COLABORATIVA E OS DESAFIOS DA GESTÃO SUSTENTÁVEL DAS CIDADES

Vitor Belchior Meneghetti Rino Jorge<sup>1</sup>

Léo Peruzzo Júnior<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente artigo analisa os desafios enfrentados pelas lideranças municipais no Brasil na busca por uma sociedade mais sustentável, utilizando como modelo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. A pesquisa, de caráter descritivo e exploratório, investiga as dificuldades encontradas na implementação de projetos em áreas cruciais como saúde, educação, saneamento básico, poluição, fome e desigualdade social. Através de questionários aplicados aos gabinetes dos prefeitos em 11 capitais brasileiras, o estudo identifica os principais obstáculos e as iniciativas em curso para a promoção da sustentabilidade urbana. Os resultados dos questionários enviados revelam um compromisso governamental com a melhoria das condições de vida da população, mas também apontam para a necessidade de superar desafios como a burocracia, a limitação de recursos financeiros e a importância do fortalecimento da democracia participativa. A análise integrada de dados quantitativos e qualitativos oferece uma base sólida para orientar políticas públicas e iniciativas futuras voltadas para o desenvolvimento sustentável em nível municipal.

**Palavras-chave:** Governança. Sustentabilidade. Desenvolvimento. ODS.

<sup>1</sup> Graduando em Ciências Econômicas pela FAE Centro Universitário. *E-mail:* vitor.jorge@mail.fae.edu

<sup>2</sup> Orientador da pesquisa. Doutor em Filosofia. Professor na FAE Centro Universitário. *E-mail:* leo.junior@bomjesus.br

## INTRODUÇÃO

Os desafios para atingir a Governança Sustentável nas Cidades são complexos e multifacetados. Observando as cidades brasileiras estes desafios se tornam mais emergentes com problemas sociais evidentes e oportunidades de melhoria por todo o território nacional, em diversas áreas. A falta de infraestrutura adequada, a desigualdade social, a falta de acesso à educação de qualidade e à saúde, a violência urbana e a degradação ambiental são alguns dos problemas mais prementes. No entanto, as cidades brasileiras também apresentam uma rica diversidade cultural, um povo resiliente e uma abundância de recursos naturais, que podem ser aproveitados para promover o desenvolvimento sustentável.

Para superar esses desafios, é necessário um esforço conjunto de todos os setores da sociedade, incluindo governos, empresas, organizações não governamentais e cidadãos. Políticas públicas eficazes, investimentos em tecnologias verdes, educação para a sustentabilidade, participação cidadã e parcerias estratégicas podem ser alguns caminhos para alcançar a governança sustentável nas cidades brasileiras.

A partir da criação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), ações proporcionadas por diversos países, em parceria com a Organização das Nações Unidas (ONU), trouxeram grande impacto na forma como entendemos o Desenvolvimento e a Sustentabilidade, mostrando benefícios sociais e ambientais constantes, mas também colocando as principais governanças frente à frente com novos obstáculos e desafios.

O Desenvolvimento Sustentável se torna ainda mais uma discussão emergente em 25 de setembro de 2015, data na qual chefes de Estado e altos representantes dos 193 países-membros integrantes da Assembleia Geral da ONU assinaram o documento “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, este que seria um plano de ação para melhoria na sociedade, no meio ambiente e um avanço para o Desenvolvimento.

A Agenda 2030 propõe um conjunto de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, que se tornaram vigentes por 15 anos, a partir de 1 de janeiro de 2016.

Estes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) se tornaram uma base para a procura por uma sociedade mais saudável e próspera e um norte para que as lideranças e governos possam tirar inspiração e observar seus principais obstáculos nessa busca e identificar as melhores maneiras de lidar com estes.

## 1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Observa-se na filosofia de grandes pensadores da economia clássica, de diversas escolas de pensamento, uma ideia em comum de que a sociedade como um todo representa a figura “protagonista” do Desenvolvimento. Sendo assim, a sociedade deve buscar inovar e se desenvolver de dentro para fora, assim como Schumpeter defende em seu livro “Teoria do Desenvolvimento Econômico”:

[...] o capitalismo é um processo de destruição criativa. O que o distingue de outros sistemas econômicos é o fato de que ele é baseado na inovação. Os empreendedores são os agentes responsáveis pela inovação. Eles são indivíduos que estão dispostos a assumir riscos e a investir em novas ideias. Os empreendedores são fundamentais para o crescimento econômico, pois eles criam novos produtos e serviços, aumentam a produtividade e criam empregos. (Schumpeter, 1911, p. 82)

Contanto, uma sociedade não é composta somente por empreendedores que podem trazer todas as inovações necessárias para um desenvolvimento que caminha com sua própria necessidade, e muita dessa força para a busca pelo Desenvolvimento deve ser advinda de uma liderança presente e que visa a melhoria contínua em seu governo. John Maynard Keynes foi um dos economistas mais influentes do século XX e suas ideias sobre a intervenção do Estado no mercado são fundamentais para o entendimento do desenvolvimento econômico. Keynes defendia que, em tempos de recessão econômica, o Estado deveria intervir na economia para estimular a demanda agregada, o que, por sua vez, levaria ao aumento da produção e do emprego:

[...] Em tempos de depressão, o governo deve agir como um empresário privado que está perdendo dinheiro. Ele deve gastar mais do que arrecada para estimular a demanda agregada e gerar empregos [...] O Estado deve assumir a responsabilidade de garantir o pleno emprego, mesmo que isso signifique violar as regras da economia clássica. (Keynes, 1936, p. 220)

Keynes argumentava que a economia não é autoajustável e que o livre mercado por si só não é capaz de garantir o pleno emprego. Portanto, era necessário que o governo implementasse políticas fiscais e monetárias ativas para combater o desemprego e estimular o crescimento econômico. Isso poderia incluir o aumento dos gastos públicos e a redução dos juros para incentivar o investimento e o consumo. E quando seus argumentos são colocados lado a lado com os pensamentos de Marx e Smith, pode ser traçada uma ideia de Desenvolvimento onde a sociedade em si (o que pode ser entendido como o mercado) e o Estado são dependentes um do outro.

Esse modelo de desenvolvimento deve ser pautado nos princípios da sustentabilidade, que incluem a equidade, a justiça social, a preservação ambiental

e a responsabilidade econômica. Em seu conteúdo o tema é abordado pelo ponto de vista dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que são um conjunto de 17 objetivos e 169 metas que foram definidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015. Os ODS buscam promover o desenvolvimento sustentável em todo o mundo, abordando uma ampla gama de questões, como pobreza, fome, saúde, educação, igualdade de gênero, água e saneamento, energia, mudança climática, cidades sustentáveis, consumo e produção responsáveis, vida na água, vida na terra, paz, justiça e instituições eficazes. A ex-primeira-ministra da Noruega e líder internacional em desenvolvimento sustentável, Gro Harlem Brundtland, argumenta “O desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades” (Brundtland, 1987, p. 43).

A partir destes fundamentos estruturais do desenvolvimento, tanto da economia quanto de outras áreas do estudo social, podemos concluir que o papel de uma liderança forte e centrada no Desenvolvimento Sustentável é primordial, e esta importância é evidenciada pelo conceito da Governança Sustentável.

[...] “Sendo assim, para gerir uma sociedade, torna-se imprescindível o papel de uma governança sustentável, que se trata basicamente da interação conjunta de atores políticos, sociais e econômicos em prol da sociedade adotando um caráter sustentável em suas deliberações, mas neste contexto também é imprescindível a participação da sociedade civil.” (Machado; Bodnar; Silva, 2017, p. 112)

O artigo argumenta que os governos municipais são responsáveis por criar e implementar políticas públicas que promovam a sustentabilidade urbana. Essas políticas públicas devem abordar uma ampla gama de questões, incluindo a garantia de que o planejamento urbano seja feito de forma sustentável, levando em consideração os impactos ambientais, sociais e econômicos, proteção de recursos naturais, como a água, o ar e o solo, a democratização da mobilidade urbana sustentável, incentivando o uso de transporte público, bicicleta e caminhada e a gestão de resíduos sólidos de forma sustentável, reduzindo a geração de resíduos e incentivando a reciclagem e a compostagem.

Dessa maneira, conclui-se que a governança sustentável das cidades refere-se à organização e articulação do sistema político-administrativo de uma cidade, que envolve não apenas os gabinetes governamentais, mas também a participação ativa dos diferentes segmentos da sociedade civil nos espaços de tomada de decisão. O objetivo geral é fortalecer os processos de decisão promovendo os instrumentos da democracia participativa e fomentando a igualdade em suas múltiplas dimensões. Esta busca estabelecer diretrizes estratégicas para o trabalho conjunto do poder público com

a sociedade organizada, gerando ideias que valorizem os aspectos positivos das cidades, apontem soluções coletivas e acordadas para problemas cotidianos, e construam uma visão de futuro para as capitais e seus planos diretores estratégicos. A transparência nas informações sobre as políticas públicas, os dados orçamentários e a escolha dos parceiros comerciais é essencial para criar uma base de confiança para o processo participativo. Além disso, cidades sustentáveis são aquelas que alinham seus padrões de vida, produção e consumo com uma combinação entre aspectos econômicos e socioambientais, adotando políticas públicas e ações que impactam positivamente a sustentabilidade.

## 2 DESENVOLVIMENTO

Os desafios na busca pelo Desenvolvimento Sustentável nas capitais brasileiras são consideráveis. A burocracia excessiva e a dificuldade de obtenção de recursos financeiros são barreiras que precisam ser superadas para garantir a efetividade das ações governamentais. Nesse sentido, torna-se fundamental o fortalecimento da democracia participativa, incentivando a participação da sociedade civil na elaboração e monitoramento das políticas públicas. A transparência nas ações governamentais e a criação de canais de diálogo são essenciais para construir confiança e promover o engajamento da população na busca por um desenvolvimento sustentável.

Outro ponto crítico a ser considerado é a necessidade de investimentos em infraestrutura verde, com foco na promoção da mobilidade urbana sustentável, na gestão de recursos hídricos e na redução da emissão de gases de efeito estufa. O projeto InfraInvest, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pela Climate Bonds Initiative, estima um potencial de investimento verde no Brasil de US\$ 1,3 trilhões até 2030. Este projeto identificou oportunidades em setores como água e saneamento, gestão de resíduos sólidos com geração de energia e mobilidade urbana, e propôs soluções para reduzir o déficit de investimento em infraestrutura sustentável no país (Climate Bonds Initiative, 2021). As cidades brasileiras ainda enfrentam problemas significativos em relação à poluição, ao desmatamento e à falta de áreas verdes. A implementação de políticas de incentivo ao uso de energias renováveis, à agricultura urbana e à construção de edifícios sustentáveis também se mostra fundamental para a construção de um futuro mais sustentável.

A educação para a sustentabilidade é essencial na transformação das cidades, pois envolve a conscientização da população sobre os desafios ambientais e sociais, promovendo a mudança de hábitos de consumo e a adoção de estilos de vida mais sustentáveis. Segundo a UNESCO, a educação para o desenvolvimento sustentável

(EDS) deve ser integrada aos currículos escolares até 2025, com o objetivo de promover mudanças comportamentais que contribuam para um futuro mais sustentável. Este tipo de educação incentiva o entendimento das questões de desenvolvimento sustentável e fomenta a adoção de práticas que preservem o meio ambiente e promovam uma sociedade justa e economicamente viável (Unesco, 2023).

Para além das políticas públicas, a responsabilidade social empresarial também se mostra fundamental para o avanço da sustentabilidade nas cidades. A adoção de práticas empresariais sustentáveis, como a redução da emissão de poluentes, o uso eficiente de recursos naturais, o investimento em tecnologias limpas e a promoção do consumo consciente, pode gerar impactos positivos para o meio ambiente e para a sociedade. A criação de parcerias entre empresas, governos e organizações não governamentais pode potencializar os resultados e acelerar a transição para um modelo de desenvolvimento mais sustentável. Um exemplo prático dessa sinergia pode ser observado na cidade de Curitiba, que implementou um sistema integrado de transporte público, com corredores exclusivos para ônibus e tarifas acessíveis, em conjunto com programas de educação ambiental e incentivos fiscais para empresas que adotam práticas sustentáveis. Essa abordagem integrada tem contribuído para a redução da poluição, a melhoria da qualidade de vida da população e o desenvolvimento econômico da cidade.

Em suma, a busca por uma governança sustentável nas cidades brasileiras exige uma abordagem integrada e multissetorial, combinando políticas públicas eficazes, investimentos em infraestrutura verde, educação para a sustentabilidade e a participação ativa da sociedade civil e do setor privado. A superação dos desafios existentes depende da construção de um pacto social em prol da sustentabilidade, com ações conjuntas que promovam a justiça social, a proteção ambiental e o desenvolvimento econômico, garantindo um futuro mais próspero e sustentável para as cidades e seus cidadãos.

### **3 METODOLOGIA**

Para coletar os dados necessários, foi desenvolvido um questionário composto por sete perguntas, projetadas para abordar as áreas de Saúde, Educação, Saneamento Básico, Poluição, Fome e Desigualdade Social para capturar informações específicas sobre a situação atual de cada área nas capitais, bem como para identificar a existência de projetos governamentais direcionados ao desenvolvimento de cada uma das áreas, também para entender quais os maiores obstáculos, individualmente, para a continuidade dos atuais e desenvolvimento de novos projetos e iniciativas na busca pelas melhorias nos pontos observados.

O questionário está dividido em sete questionamentos, sendo seis perguntas objetivas, identificando a percepção das próprias instituições governamentais sobre a situação dos setores citados acima em suas capitais, e uma qualitativa propondo uma análise aberta e mais profunda sobre as principais dificuldades identificadas pelos entrevistados na implementação e manutenção dos projetos de desenvolvimento sustentável.

O estudo foi aplicado em 27 capitais brasileiras, tendo como resposta 11 unidades de análise. Os questionários foram distribuídos eletronicamente para os endereços de e-mail dos gabinetes dos prefeitos, secretarias de desenvolvimento social, secretarias ambientais e do meio ambiente, centrais de comunicação das capitais e os destinatários foram convidados a responder ao questionário, sendo enfatizado o anonimato dos dados coletados para garantir o máximo de veracidade dos dados coletados. Além disso, foram enviados lembretes periódicos para aumentar a taxa de resposta e garantir uma amostragem mais confiável.

A análise dos dados coletados será realizada de maneira integrada, combinando abordagens quantitativas e qualitativas. As respostas às perguntas fechadas serão tabuladas e analisadas estatisticamente para identificar padrões e tendências, sendo focadas na apresentação de uma análise situacional das áreas comentadas anteriormente e sobre a atuação das governanças para desenvolvimento das mesmas. Para as perguntas abertas, as respostas serão codificadas e categorizadas, sendo submetidas à análise profunda do conteúdo para identificar as principais dificuldades das governanças das capitais para criação de novas iniciativas e continuidade das já em vigor.

Esta pesquisa foi fundamentada nos princípios éticos para desenvolvimento de pesquisas, tendo em mente que todos os participantes foram informados sobre os objetivos da pesquisa e do anonimato das respostas fornecidas, e concordaram com o consentimento para participar. Todas as informações fornecidas pelos participantes foram tratadas de forma confidencial e anônima, e foram utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos e de pesquisa, não sendo divulgados de forma alguma.

Entende-se que este estudo pode estar sujeito a algumas limitações, como possíveis vieses nas respostas dos participantes, limitações relacionadas à amostra, falta de representatividade em algumas áreas específicas e a possível inautenticidade dos dados fornecidos. No entanto, medidas foram adotadas para mitigar essas limitações, como garantir o anonimato dos participantes, utilizar uma amostra diversificada de capitais e utilizar taxas e índices públicos, fornecidos por uma variedade de organizações nacionais e locais, dependendo do contexto e da disponibilidade dos dados.

## 4 ANÁLISE DE RESULTADOS

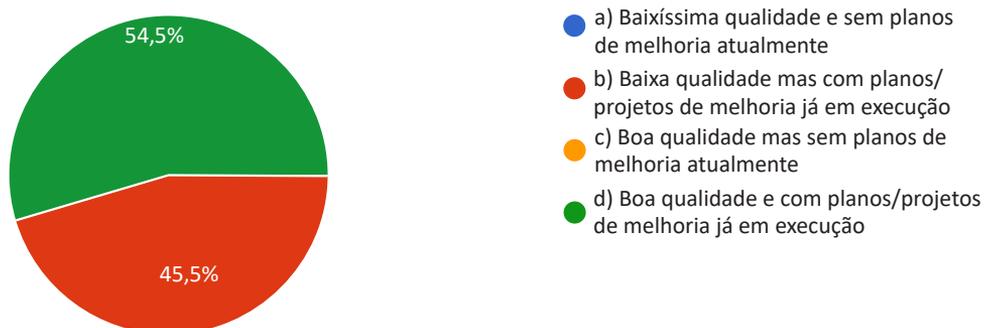
Os resultados da pesquisa proporcionam uma visão abrangente da situação atual e das iniciativas em andamento relacionadas ao desenvolvimento sustentável nas capitais brasileiras. Ao focar em áreas cruciais como Fome, Saúde, Poluição, Educação, Desigualdade Social e Saneamento Básico, a investigação forneceu insights valiosos sobre os desafios enfrentados e os esforços empreendidos para superar essas dificuldades. Importante ressaltar que apesar das limitações implícitas nos dados coletados é notável a quase unanimidade com relação à implementação de projetos de melhoria, o que indica uma forte iniciativa governamental para a melhoria em aspectos do Desenvolvimento Social em geral.

No final da coleção de amostras foi possível reunir 11 respostas, relacionadas as capitais de São Paulo, Curitiba, Manaus, Boa Vista, Belém, Porto Alegre, Recife, Rio Branco, Aracaju, Salvador e Belo Horizonte, um bom resultado tendo em mente a relevância percentual na quantidade de capitais. As perguntas visaram entender a situação iminente da Saúde, Poluição, Educação, Saneamento Básico e Desigualdade Social, enquanto identificam se projetos de desenvolvimento nas respectivas áreas de uma sociedade estão sendo promovidos pelas governanças.

De acordo com um relatório da ONU publicado em julho de 2023, o Brasil tem 21 milhões de pessoas que não têm o que comer todos os dias e 70,3 milhões em insegurança alimentar. Os dados indicam que muitas capitais ainda enfrentam problemas significativos nessa área, refletindo a persistência de desigualdades socioeconômicas e a falta de acesso a alimentos adequados para todos os cidadãos. No entanto, 100% dos entrevistados afirmam estar implementando planos e projetos na busca de combater a insegurança alimentar (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, 2023).

## 4.1 ESTADO DA FOME E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS RELACIONADOS (CAPITAIS)

GRÁFICO 1 — Como se encontra o cenário da fome em sua cidade?



FONTE: Os autores (2024)

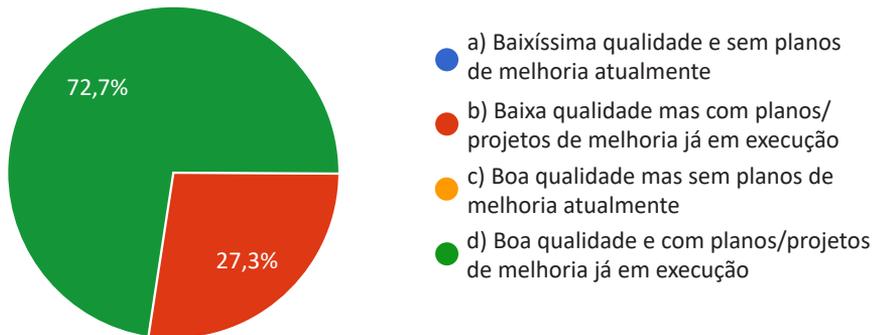
Os dados apresentados destacam a percepção da qualidade dos esforços de combate à fome nas capitais brasileiras. Com 54,5% das cidades relatando boa qualidade na gestão da fome acompanhada por planos e projetos de melhoria já em execução, observa-se um progresso significativo em grande parte das regiões urbanas. Este dado positivo indica que, apesar das adversidades, há um empenho substancial na implementação de políticas públicas e projetos que visam garantir a segurança alimentar para a população urbana.

No entanto, o fato de que 45,5% das capitais ainda enfrentam desafios consideráveis com baixa qualidade na gestão da fome, apesar de terem planos ou projetos de melhoria em andamento, evidencia a complexidade da questão. Esses números refletem a necessidade de uma abordagem mais eficiente e coordenada, que abranja desde a infraestrutura necessária para o armazenamento e distribuição de alimentos até a implementação de programas educacionais que promovam a conscientização sobre a importância da nutrição adequada. As disparidades regionais e socioeconômicas também desempenham um papel crucial, tornando essencial um enfoque adaptado às necessidades específicas de cada localidade.

Para que os projetos de combate à fome sejam bem-sucedidos, é fundamental fortalecer a colaboração entre os setores público e privado, bem como com organizações não governamentais. Além disso, investir em infraestrutura, como melhores sistemas de transporte e armazenamento de alimentos, pode reduzir significativamente as perdas e garantir que os alimentos cheguem às pessoas necessitadas de forma eficiente.

## 4.2 ESTADO DA SAÚDE E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS RELACIONADOS (CAPITAIS)

GRÁFICO 2 — Como se encontra o cenário da saúde em sua cidade?



FONTE: Os autores (2024)

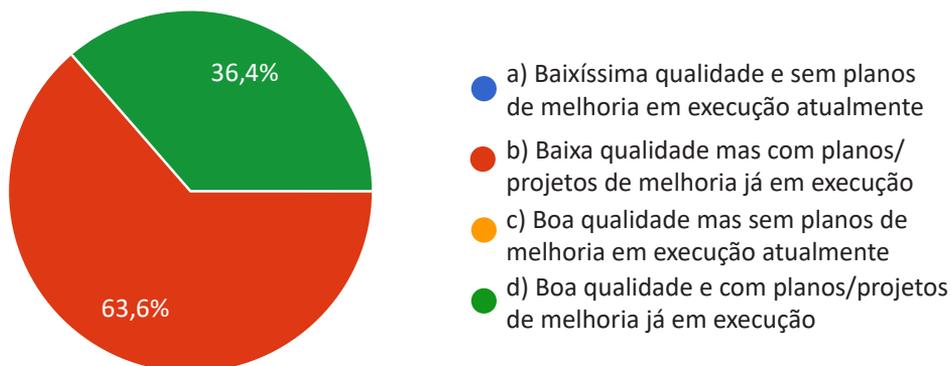
Os dados coletados sobre a percepção da qualidade dos serviços de saúde nas capitais brasileiras revelam um cenário preocupante. Com 72,7% dos entrevistados classificando a qualidade da saúde em suas cidades como “baixíssima” e sem planos de melhoria atualmente, fica evidente que a saúde pública enfrenta desafios estruturais graves. Esse quadro aponta para a necessidade urgente de intervenções eficazes e sustentáveis que possam reverter a falta de serviços de qualidade e de planejamento estratégico nas políticas de saúde pública.

Por outro lado, uma menor parcela dos entrevistados, 27,3%, reconhece a existência de projetos de melhoria em execução, embora ainda percebam a qualidade dos serviços de saúde como “baixa”. Essa discrepância sugere que, apesar dos esforços para implementar mudanças, as melhorias ainda não são suficientemente perceptíveis para a maioria da população. Este dado reflete a complexidade de transformar o sistema de saúde, onde os efeitos das políticas e investimentos demoram a se manifestar de forma tangível para os cidadãos. A necessidade de monitoramento e avaliação contínuos desses projetos é crucial para ajustar as estratégias e garantir que os resultados sejam alcançados de maneira eficaz.

Para enfrentar esses desafios, é essencial que os governos locais e estaduais fortaleçam a infraestrutura de saúde, invistam em capacitação de profissionais e ampliem o acesso a serviços básicos e especializados.

### 4.3 ESTADO DA POLUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS RELACIONADOS (CAPITAIS)

GRÁFICO 3 — Como se encontra o cenário da poluição em sua cidade?



FONTE: Os autores (2024)

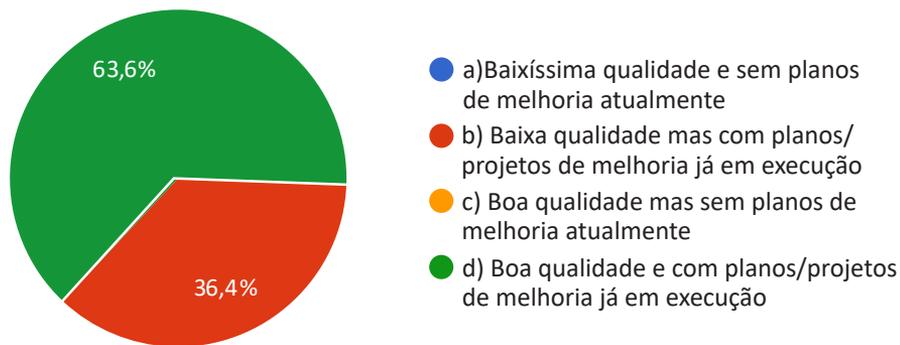
Os dados coletados sobre a percepção da poluição nas capitais brasileiras destacam um cenário preocupante, onde 63,6% dos entrevistados avaliam a qualidade da gestão da poluição como “baixíssima” e sem planos de melhoria atualmente. Este percentual significativo evidencia que a poluição, incluindo poluentes do ar, resíduos sólidos e poluição da água, continua a ser um dos maiores desafios enfrentados pelas cidades brasileiras. A falta de planos de melhoria sugere uma inércia preocupante nas políticas públicas voltadas para a sustentabilidade ambiental, agravando os impactos negativos na saúde pública e na qualidade de vida dos habitantes urbanos.

Por outro lado, 36,4% dos entrevistados reconhecem que existem projetos de melhoria em execução e consideram a qualidade da gestão da poluição como “boa”. Este dado, embora representando uma parcela menor, é um indicativo positivo de que algumas cidades estão adotando medidas efetivas para mitigar os impactos da poluição. As iniciativas podem incluir o aumento de áreas verdes urbanas, melhorias na gestão de resíduos, implementação de tecnologias para monitoramento da qualidade do ar e programas de conscientização ambiental. Esses projetos são essenciais para a construção de cidades mais sustentáveis e para a promoção de um ambiente mais saudável para seus habitantes.

Para enfrentar os desafios da poluição, é imperativo que os governos locais e estaduais implementem políticas robustas de controle e redução de poluentes. Investir em infraestrutura para tratamento de resíduos, promover o uso de energias renováveis e incentivar a mobilidade urbana sustentável são passos cruciais.

#### 4.4 ESTADO DA EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS RELACIONADOS (CAPITAIS)

GRÁFICO 4 — Como se encontra o cenário da educação em sua cidade?



FONTE: Os autores (2024)

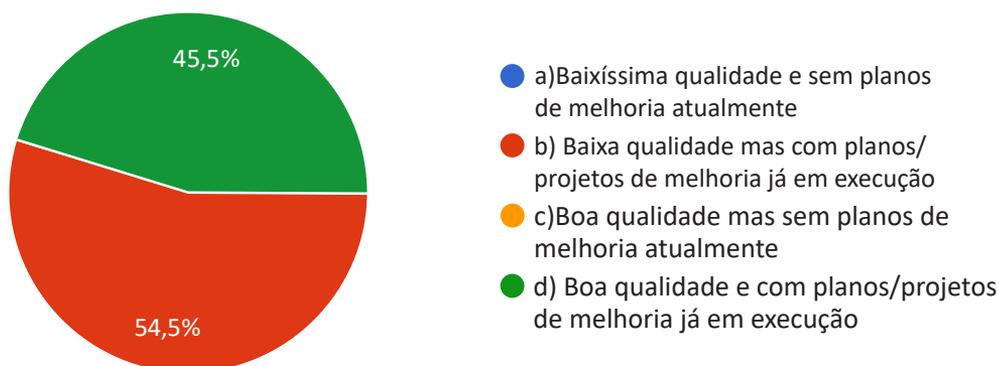
Os dados sobre a percepção da qualidade da educação nas capitais brasileiras revelam uma situação alarmante. A maior parte dos entrevistados, 63,6%, classificou a qualidade da educação como “baixíssima” e sem planos de melhoria atualmente. Este resultado evidencia uma crise no sistema educacional urbano, onde a falta de investimentos e de políticas públicas eficazes está comprometendo a formação e o desenvolvimento das futuras gerações. A ausência de planos de melhoria indica uma inércia preocupante por parte das administrações municipais em enfrentar os problemas estruturais que afetam a qualidade da educação, como a carência de recursos materiais, infraestrutura inadequada e a necessidade de valorização dos profissionais da educação.

Por outro lado, 36,4% dos entrevistados indicaram que, embora a qualidade da educação seja considerada baixa, há projetos de melhoria em execução. Além disso, dentro deste percentual, estão incluídas percepções de que a qualidade da educação é boa, mas com ou sem planos de melhoria atualmente. Isso mostra que, em algumas capitais, existem esforços significativos para reverter o quadro negativo através da implementação de projetos e políticas voltadas para a melhoria da qualidade educacional. Esses esforços podem incluir programas de capacitação para professores, investimentos em infraestrutura escolar, e iniciativas para melhorar o acesso e a qualidade do ensino básico e médio.

Para enfrentar os desafios da educação, é crucial que os governos locais e estaduais adotem uma abordagem integrada e sustentável. Investir na formação contínua dos professores, modernizar a infraestrutura escolar e garantir recursos adequados são passos essenciais para elevar a qualidade da educação.

#### 4.5 ESTADO DA DESIGUALDADE SOCIAL E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS RELACIONADOS (CAPITAIS)

GRÁFICO 5 — Como se encontra o cenário da desigualdade social em sua cidade?



FONTE: Os autores (2024)

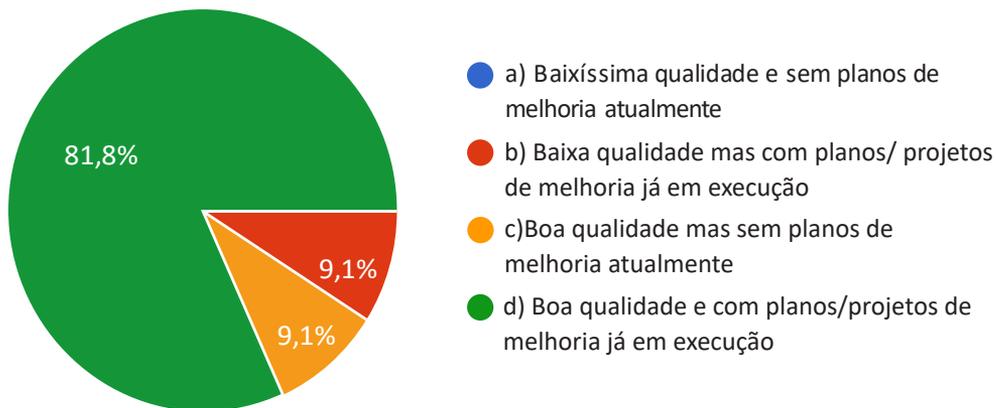
Os dados sobre a percepção da desigualdade social nas capitais brasileiras mostram que 45,5% dos entrevistados avaliam a situação como de “baixíssima qualidade” e sem planos de melhoria atualmente. Este percentual significativo revela que quase metade das capitais está enfrentando graves desafios no combate à desigualdade social. A ausência de planos de melhoria reflete uma falta de iniciativa e de políticas públicas eficazes para abordar problemas como a desigualdade de renda, acesso limitado a serviços básicos, e a marginalização de comunidades vulneráveis. Esse cenário é preocupante, pois a desigualdade social impacta diretamente a coesão social e a qualidade de vida da população urbana.

Por outro lado, 54,5% dos entrevistados indicam que, embora a qualidade das iniciativas para combater a desigualdade social seja baixa, há projetos de melhoria em execução. Além disso, essa parcela inclui percepções de que a qualidade das iniciativas é boa, tanto com quanto sem planos de melhoria atualmente. Isso sugere que, em mais da metade das capitais, existem esforços para reduzir a desigualdade social através da implementação de programas de inclusão social, políticas de redistribuição de renda, e projetos que visam melhorar o acesso a educação, saúde, e outros serviços essenciais. No entanto, a efetividade desses projetos depende de uma execução bem coordenada e de um acompanhamento contínuo para garantir que os objetivos sejam alcançados.

Para enfrentar os desafios da desigualdade social, é crucial que os governos locais e estaduais adotem políticas públicas que promovam a inclusão e a equidade. Investir em educação e capacitação profissional, ampliar o acesso a serviços de saúde de qualidade, e implementar programas de habitação acessível são passos essenciais para reduzir a desigualdade.

## 4.6 ESTADO DO SANEAMENTO BÁSICO E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS RELACIONADOS (CAPITAIS)

GRÁFICO 6 — Como se encontra o cenário do saneamento básico em sua cidade?



FONTE: Os autores (2024)

Os dados apresentados sobre o estado do saneamento básico nas capitais brasileiras indicam um panorama predominantemente positivo, mas com áreas que necessitam de atenção. A maioria esmagadora (81,8%) das capitais apresenta uma boa qualidade de saneamento básico e está progredindo com planos e projetos de melhoria em execução, o que é um indicativo de um compromisso significativo com a infraestrutura e a saúde pública. No entanto, a existência de 9,1% das capitais com boa qualidade de saneamento, mas sem planos de melhoria, sugere uma necessidade de planejamento contínuo para manter e aprimorar os serviços. Além disso, outros 9,1% das capitais enfrentam desafios de baixa qualidade, apesar de já haver projetos em andamento, destacando a importância de recursos e esforços sustentados para alcançar um saneamento básico adequado em todo o país. Esses dados sublinham a importância de uma abordagem equilibrada que combine manutenção e inovação para garantir a sustentabilidade e a qualidade de vida urbana.

É fundamental destacar que todos os participantes foram devidamente informados sobre os objetivos e procedimentos da pesquisa, garantindo a confidencialidade e a ética em todas as etapas do processo. Reconhecemos que o estudo pode apresentar algumas limitações, como possíveis vieses nas respostas dos participantes e restrições relacionadas à amostra. No entanto, os insights obtidos oferecem uma base sólida para orientar políticas públicas e iniciativas futuras voltadas para o desenvolvimento sustentável em nível municipal.

Observando de uma maneira mais macro é notável o crescimento exponencial de iniciativas tanto públicas quanto privadas, e com 24 agências atualmente, a ONU possui fundos e programas ativos no Brasil, cada um desempenhando um papel específico na

promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e oferecendo assistência técnica, mobilização de recursos, monitoramento e avaliação, advocacia e sensibilização, além de estabelecer parcerias estratégicas para alcançar os objetivos estabelecidos.

## 5.7 NÍVEIS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

As cidades de Curitiba, São Paulo, Manaus, Recife e Rio Branco demonstram um Alto Desenvolvimento Sustentável, com 83% das respostas indicando “Boa qualidade e com planos/projetos de melhoria já em execução”, enquanto 17% apontam para “Boa qualidade mas sem planos de melhoria atualmente”. Por outro lado, Boa Vista e Salvador, com 67% de respostas “Boa qualidade e com planos/projetos de melhoria já em execução”, e 33% “Baixa qualidade mas com planos/projetos de melhoria já em execução”, apresentam um perfil de Médio Desenvolvimento Sustentável. As cidades de Belém, Porto Alegre, Aracaju e Belo Horizonte, com 58% das respostas “Boa qualidade e com planos/projetos de melhoria já em execução” e 42% divididas entre “Baixa qualidade mas com planos/projetos de melhoria já em execução” e “Baixa qualidade e sem planos”, configuram o grupo de Baixo Desenvolvimento Sustentável. É importante destacar que essa análise se baseia na percepção dos respondentes e a quantificação das respostas, embora útil para uma análise preliminar, necessita de métodos mais robustos para uma avaliação conclusiva do desenvolvimento sustentável de cada capital.

As cidades que se enquadram em Alto Desenvolvimento Sustentável demonstram um compromisso consistente com a implementação de projetos em áreas como saúde, educação, saneamento básico, combate à fome e desigualdade social. A presença de planos e projetos em andamento nesses setores sugere uma governança atenta aos desafios da sustentabilidade e proativa na busca por soluções.

Em contraste, cidades em Médio Desenvolvimento Sustentável se encontram com dificuldades mais acentuadas no desenvolvimento sustentável. Apesar de reconhecerem os desafios e buscarem soluções, essas cidades esbarram em obstáculos como a burocracia excessiva e a limitação de recursos financeiros. Essa situação evidencia a necessidade de ações mais eficazes para superar tais barreiras e impulsionar o desenvolvimento sustentável.

Em uma fase inicial de desenvolvimento sustentável, cidades em Baixo Desenvolvimento Sustentável apresentam um bom desempenho em áreas específicas, como saneamento básico, o que sugere um direcionamento de investimentos e ações para setores prioritários. No entanto, ainda enfrentam desafios em outras áreas, como fome, saúde, educação e desigualdade social, indicando a necessidade de ampliar o escopo de suas políticas públicas para promover um desenvolvimento sustentável mais abrangente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos desafios na governança sustentável das cidades brasileiras, utilizando como modelo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, revelou dados quantitativos e qualitativos importantes. As respostas dos questionários enviados aos gabinetes dos prefeitos em 11 capitais brasileiras demonstram um compromisso com a melhoria das condições de vida da população, com 82% das capitais relatando iniciativas em curso para a promoção da sustentabilidade urbana.

Entre os desafios identificados, a burocracia foi mencionada como um dos maiores obstáculos por 73% das capitais. Além disso, 64% apontaram a limitação de recursos financeiros como um desafio significativo, enquanto 55% destacaram a necessidade de fortalecer a democracia participativa.

Nas áreas críticas, 91% das capitais têm projetos voltados para a melhoria da saúde, mas enfrentam desafios como a falta de infraestrutura e recursos. No setor de educação, 88% das capitais relataram iniciativas com foco na inclusão e qualidade, porém com obstáculos similares aos da saúde. Em relação ao saneamento básico, 77% das capitais têm projetos nessa área, destacando a importância da infraestrutura para o desenvolvimento sustentável. Ademais, 82% mencionaram ações contra a poluição e desmatamento, enfatizando a necessidade de políticas mais eficazes e investimentos em tecnologia verde. Programas de combate à fome e redução da desigualdade social estão presentes em 70% das capitais, que enfrentam desafios na implementação de políticas eficazes.

Os investimentos em infraestrutura verde são fundamentais para o avanço da sustentabilidade nas cidades. O projeto InfraInvest, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pela Climate Bonds Initiative, estima um potencial de investimento verde no Brasil de US\$ 13 trilhões até 2030. As oportunidades incluem setores como água e saneamento, gestão de resíduos sólidos com geração de energia e mobilidade urbana.

A educação para a sustentabilidade é outro ponto crucial. A UNESCO prevê a integração da educação para o desenvolvimento sustentável (EDS) nos currículos escolares até 2025, visando promover mudanças comportamentais que contribuam para um futuro mais sustentável. Além disso, a adoção de práticas empresariais sustentáveis é fundamental. Exemplos práticos incluem a cidade de Curitiba, que implementou um sistema integrado de transporte público e programas de educação ambiental.

Concluindo, a governança sustentável das cidades brasileiras requer uma abordagem integrada e multissetorial, combinando políticas públicas eficazes,

investimentos em infraestrutura verde, educação para a sustentabilidade e participação ativa da sociedade civil e do setor privado. Superar os desafios existentes depende da construção de um pacto social em prol da sustentabilidade, com ações conjuntas que promovam justiça social, proteção ambiental e desenvolvimento econômico.

Embora esta pesquisa tenha fornecido insights valiosos sobre os desafios e iniciativas relacionados à governança sustentável nas capitais brasileiras, algumas limitações devem ser consideradas. Primeiramente, o estudo se baseia em um número limitado de capitais, o que pode não representar totalmente a diversidade de contextos socioeconômicos e políticos existentes no Brasil. Além disso, a coleta de dados por meio de questionários pode introduzir vieses de resposta, uma vez que as percepções dos respondentes podem ser influenciadas por fatores externos, como pressões políticas ou limitações de recursos.

Outro ponto a ser destacado é a limitação na análise longitudinal. A pesquisa oferece um retrato momentâneo das iniciativas em andamento, mas não permite uma avaliação detalhada das mudanças e impactos ao longo do tempo. Para estudos futuros, recomenda-se a realização de pesquisas longitudinais que possam acompanhar o progresso das políticas e iniciativas sustentáveis em diferentes contextos temporais.

Além disso, sugere-se ampliar a amostra para incluir um maior número de capitais e, se possível, cidades de diferentes portes. Essa expansão permitirá uma análise mais robusta e representativa, fornecendo um panorama mais abrangente das práticas de governança sustentável no Brasil. Por fim, recomenda-se a inclusão de métodos mistos de coleta de dados, combinando entrevistas qualitativas com os dados quantitativos, para captar nuances e detalhes que questionários estruturados podem não revelar plenamente.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, J. P. M.; MACHIORY, F. F. Aprimoramentos sugeridos à ISO 37120 'Cidades e comunidades sustentáveis' advindos do conceito de cidades inteligentes. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 20, n. 3, p. 527-539, 2020.
- AGUIÃO, S. Quais políticas, quais sujeitos? Sentidos da promoção da igualdade de gênero e raça no Brasil (2003-2015). **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 51, p. 1-24, 2018.
- AHLERT, A.; CAPPONI, N. F. 'Paz, justiça e instituições fortes': os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável como referentes para a educação para a paz. **Revista Caminhos: Revista de Ciências da Religião**, Juiz de Fora, v. 17, n. 2, p. 574, 2019.
- ANDRADE, D. C. Algumas reflexões sobre uma "Economia dos Ecossistemas". **Economia**, Brasília, v. 12, n. 1, p. 3-26, 2011.
- ARAÚJO, E. M. et al. Desigualdades em saúde e raça/cor da pele: revisão da literatura do Brasil e dos Estados Unidos (1996-2005). **Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 40, p. 116-121, 2010.
- ARTAXO, P. et al. Perspectivas de pesquisas na relação entre clima e o funcionamento da floresta Amazônica. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 66, n. 3, p. 41-46, 2014.
- BERMANN, C. Crise ambiental e as energias renováveis. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 60, n. 3, p. 20-29, 2008.
- BRAZ, C. A.; RODRIGUES, R. L.; SIQUEIRA, H. V. Geração de energia elétrica por meio de fontes de energias renováveis: uma revisão sistemática da literatura sobre energia eólica. **Revista Gestão Industrial**, Ponta Grossa, v. 13, n. 1, p. 67-82, 2017.
- BRUNDTLAND, Gro Harlem. Our Common Future: Report of the World Commission on Environment and Development. Oxford: Oxford University Press, p. 43, 1987.
- CLIMATE BONDS INITIATIVE. **Potencial de investimento verde no Brasil chega a US\$ 1,3 trilhão**. Londres: Climate Bonds Initiative, 2021. Disponível em: <https://www.climatebonds.net>. Acesso em: 1 jul. 2024.
- DUPONT, F. H.; GRASSI, F.; ROMITTI, L. Energias renováveis: buscando uma matriz energética sustentável. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, Santa Maria, v. 19, p. 70-81, 2015.
- ENRIQUE, M. G. L.; BARRIOS, T. D. A.; SÁNCHEZ, J. G. Alianza entre las universidades del Corredor Bioceánico y los Objetivos de Desarrollo Sostenible. **Interações**, Campo Grande, v. 26, n. 4, p. 1189-1195, 2021.
- FERNANDES, J. L. M. S. P. Desafios e oportunidades para a comunicação das organizações nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. **Dedica — Revista de Educação e Humanidades**, São Paulo, v. 14, p. 103-117, 2018.
- GALLO, E.; SETTI, A. F. Território, intersetorialidade e escalas: requisitos para a efetividade dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 11, p. 4191-4202, 2014.
- GOMES, M.; FERREIRA, L. J. Políticas públicas e os objetivos do desenvolvimento sustentável. **Direito e Desenvolvimento**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 155-178, 2018.

- HOFFMANN, R. Distribuição de renda e crescimento econômico. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 41, p. 67-76, 2001.
- KEYNES, John Maynard. *The General Theory of Employment, Interest and Money*. Londres: Macmillan, p. 220, 1936.
- KHORSHEED, M.; KHAN, S. A.; ULLAH, A. Strategic business sustainability: study of critical success factors. **Business Strategy and the Environment**, Hoboken, v. 29, n. 2, p. 277-293, 2020.
- LEOCÁDIO, A. L. et al. Consumo sustentável através das lentes das práticas: proposta de framework sobre domínios de práticas de consumo suscetíveis a intervenções para sustentabilidade. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, v. 24, n. 64, p. 97-113, 2023.
- LIBÂNIO, P. A. C.; CHERNICHARO, C. A. L.; NASCIMENTO, N. O. A dimensão da qualidade de água: avaliação da relação entre indicadores sociais, de disponibilidade hídrica, de saneamento e de saúde pública. **Engenharia Sanitária e Ambiental**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 219-228, 2005.
- LOPES, C. Crescimento econômico e desigualdade: as novidades pós-Consenso de Washington. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 94, p. 3-20, 2011.
- MACHADO, M. F.; BODNAR, Z.; SILVA, K. C. Governança para a sustentabilidade urbana e a regularização fundiária. **Revista da ESMESC**, Santa Catarina, v. 24, n. 30, p. 329, 2017.
- MARCHÃO, A. A. et al. Qualidade do solo e intensificação sustentável das áreas agrícolas da Amazônia. **Revista Brasileira de Ciência do Solo**, Viçosa, v. 40, p. 1-7, 2016.
- MONTEIRO, D. C. L. P. Regimes jurídicos e proteção ambiental na Amazônia. **Revista Brasileira de Direito Ambiental**, São Paulo, v. 25, p. 139-152, 2021.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). Relatório sobre a Insegurança Alimentar no Brasil: Dados e Perspectivas. Roma: FAO, 2023.
- PAIVA, R. V.; CAMPOS, F. P. Políticas públicas de habitação: análise crítica do Programa Minha Casa Minha Vida na cidade de Brasília. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 203-217, 2014.
- PINTO, R. P. Educação ambiental e cidadania: entre discursos e práticas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 321-334, 2006.
- SILVA, A. L.; MARINHO, M. M. Educação e desenvolvimento sustentável: a formação do pedagogo na perspectiva dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 17, n. 2, p. 718-737, 2022.
- SCHUMPETER, Joseph A. *The Theory of Economic Development: An Inquiry into Profits, Capital, Credit, Interest, and the Business Cycle*. Cambridge, MA: Harvard University Press, p. 82, 1911.
- TASSONI, E. C. R.; SARAIVA, P. A.; OLIVEIRA, T. R. Políticas públicas no Brasil para a inclusão de jovens em situação de vulnerabilidade social no ensino superior. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 27, n. 1, p. 27-43, 2021.
- UNESCO. *Education for Sustainable Development: A roadmap*. Paris: UNESCO, 2023.